

## ÁREA TEMÁTICA: CONTABILIDADE

### A CONTRIBUIÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA NUMA ANÁLISE COMPARATIVA DE MUNICÍPIOS: UM ESTUDO DE CASO

Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira, [ana.bela.teixeira@esce.ips.pt](mailto:ana.bela.teixeira@esce.ips.pt)

Pedro Nuno Coelho Palhão Bicho Pardal, [pedro.pardal@esce.ips.pt](mailto:pedro.pardal@esce.ips.pt)

Nuno Miguel Delicado Teixeira, [nuno.teixeira@esce.ips.pt](mailto:nuno.teixeira@esce.ips.pt)

Carlos Manuel Severino da Mata, [carlos.mata@esce.ips.pt](mailto:carlos.mata@esce.ips.pt)

Escola Superior de Ciências Empresariais do

Instituto Politécnico de Setúbal

Campus do IPS, Estefanilha

2914-503 Setúbal (Portugal)

## RESUMO

O Plano Oficial de Contabilidade Pública obriga à articulação da contabilidade, orçamental, patrimonial e analítica, no Setor Público Administrativo e reporta as regras de implementação da contabilidade analítica, para planos setoriais. O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais é o plano setorial de aplicação obrigatória nas Autarquias Locais. A aplicação deste plano no setor autárquico, deverá, entre outros, permitir o cálculo e divulgação de indicadores que permitam a avaliação e comparação do desempenho dos municípios. No presente estudo apresentamos, relativamente a 2012 e 2013, um conjunto de indicadores calculados com base na informação contabilística relativamente aos municípios do distrito de Setúbal, tendo como referência os apresentados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e que representam uma síntese dos principais dados orçamentais e patrimoniais, não sendo âmbito a análise individualizada de decisões municipais ou eventos particulares que possam ter produzido efeito sobre a performance de um município.

**Palavras chave:** Informação contabilística, POCAL, AFMP, Indicadores.

## ABSTRAT

The Official Plan of Public Accounting requires the articulation of budgetary, financial and management accounting, on the Administrative Public Sector, reporting specific accounting rules to sector accounting plans. The POCAL is the sector plan of mandatory adoption for local governments. Its implementation, should, among others, allow the calculation and disclosure of indicators that would permit an evaluation and comparison analysis of municipalities' performance. In this study we present, for 2012 and 2013, a set of indicators based on accounting information from the municipalities of Setúbal district, using as reference those presented in the Annual Financial Report of Portuguese Municipalities. The selected indicators represent a synthesis of the main budgetary and financial data, not being an objective the individual analysis of municipalities' decisions or of events that may have produced an effect on municipalities' performance.

**Key words:** Accounting, POCAL, Local Government, Performance Measurement

## 1 – INTRODUÇÃO

A estrutura do sistema português de Contabilidade Pública assenta, atualmente, na articulação de três sistemas contabilísticos, a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, com base num plano de contas geral, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e, em quatro planos setoriais, onde destacamos o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Dando cumprimento ao previsto no POCP e planos setoriais, a articulação dos três sistemas contabilísticos é a base do sistema de informação público devendo permitir, para além do controlo do cumprimento da legalidade, a análise e avaliação das decisões tomadas e apoiar as decisões futuras. Assim, a implementação dos planos e sistemas contabilísticos revela-se de extrema importância para o cumprimento dos objectivos da Contabilidade Pública.

De aplicação obrigatória a todas as autarquias locais e entidades equiparadas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54 – A/99, de 22 de Fevereiro e que tal como o POCP obriga à implementação de três sistemas contabilísticos, a contabilidade orçamental, a contabilidade patrimonial e a contabilidade analítica deve permitir, entre outros, com base na informação contabilística, obter indicadores de natureza orçamental, patrimonial e de custos.

Em Portugal, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, é um documento de referência apresentado desde 1995, com base na informação contabilística orçamental e patrimonial, um conjunto de indicadores que estão organizados e apresentados de modo a evidenciar um *ranking* dos melhores/piores desempenhos, a nível nacional.

O nosso estudo desenvolve-se em quatro pontos. Após uma breve introdução, apresentamos o ponto relativo à informação contabilística e à análise orçamental e patrimonial, onde fazemos um breve enquadramento do POCAL. Seguidamente, num estudo de caso, com base na informação contabilística de 2012 e 2013, dos municípios do distrito de Setúbal, apresentamos, em diferentes tabelas, os valores obtidos em cada indicador selecionado, bem como a média do distrito, tendo como referência o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. (AFMP). Por fim, serão apresentadas as conclusões e a bibliografia de referência.

## 2- OS INDICADORES CALCULADOS COM BASE NA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade que nos organismos públicos, tradicionalmente tinha como finalidade executar, liquidar e controlar o orçamento. Após a publicação do POCP (Decreto-lei nº 232/97) tem de associar ao cumprimento da legalidade, objetivos de eficiência, eficácia e economia e para isso, esse normativo obriga a implementação e articulação da contabilidade orçamental, a contabilidade patrimonial e a contabilidade analítica ou de custos. Relativamente aos dois primeiros sistemas contabilísticos, o POCP, apresenta detalhadamente as regras de implementação, mas no que se refere à contabilidade analítica, refere que essas regras serão detalhadas em planos setoriais. Neste âmbito, Caiado (2006:2) salienta que o POCP como plano de contabilidade geral considera o conjunto de operações comuns a todos os sectores, mas não pode ter em conta as particularidades inerentes às operações realizadas pelo conjunto de entidades que formam um setor de atividade. Estas fazem parte dos planos setoriais que explicitam para os respectivos destinatários informações úteis para a tomada de decisões por parte dos gestores.

Carvalho *et al* (2005) e (Carvalho e Ribeiro, 2004) referem que o POCP apresenta-se como um marco conceptual onde se enquadram os planos setoriais publicados reforçando que a publicação do POCP e dos planos setoriais representam um marco importante da atual reforma da contabilidade pública em Portugal.

De aplicação obrigatória a todas as autarquias locais<sup>1</sup> e entidades equiparadas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54 – A/99, de 22 de Fevereiro, é um plano setorial do POCP que relativamente à implementação da contabilidade analítica, refere como modelo de apuramento de custos, as secções homogêneas ou centros de custo. A partir da informação contabilística do POCAL, é possível, entre outros, a obter indicadores de natureza orçamental, patrimonial e de custos.

---

<sup>1</sup> Segundo a Constituição da República Portuguesa no nº 2 do art. 235, Autarquias Locais são “pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”.

O POCAL introduz nas autarquias locais um sistema contabilístico que responde às necessidades particulares de prestação de contas destas entidades e tem como objetivos:

- “- Fornecer a informação necessária para as autarquias prepararem as contas anuais e outros documentos a apresentar aos diferentes utilizadores, nomeadamente à Assembleia Municipal e ao Tribunal de Contas;
- Fornecer a informação necessária para calcular os agregados da Contabilidade Nacional respeitantes à Administração Pública, particularmente sobre a administração local;
- Oferecer a informação económica e financeira requerida para tomar decisões de natureza política e de gestão;
- Melhorar a transparência na gestão dos recursos financeiros e do património que a autarquia administra e controla” (Carvalho *et al*, 2009:37).

Um dos estudos de referência sobre o desempenho das Autarquias Locais, efetuado a nível nacional e a partir de indicadores calculados com base na informação contabilística, é o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Este anuário apresenta uma análise detalhada do desempenho orçamental e patrimonial dos municípios, sintetizando a avaliação do seu desempenho através de uma análise de diversos indicadores tendo por base a prestação de contas anual de cada município português. A última versão disponível e editada em 2014 diz respeito ao AFMP referente ao exercício económico de 2013.

A análise às contas dos municípios feita no AFMP é apresentada numa perspetiva nacional, identificando, através de *rankings*, os maiores/melhores e menores/piores municípios para os mais diversos indicadores. Contudo, a informação apresentada não permite uma análise global e detalhada de todos os municípios a nível nacional, pelo que, apenas conseguimos identificar o valor por indicador de um município específico, quando este se insere nos mais ou menos em cada indicador.

Este estudo sobre os municípios do distrito de Setúbal, apresenta-se como uma extensão de trabalhos anteriores dos autores, procurando-se uma análise orçamental, económica e patrimonial mais detalhada do distrito em análise e que garanta uma melhor análise comparativa entre os seus municípios. Por outro lado, esta análise é efetuada para dois anos (2012 e 2013) permitindo uma análise evolutiva do desempenho destas entidades. Importa referir que nos anos em análise, os municípios foram condicionados pela publicação e aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso em 2012, a qual introduz regras mais apertadas na capacidade dos municípios em assumir compromissos e consequentemente em realizar as respetivas despesas.

Assim, nesta análise aos municípios do distrito de Setúbal iremos apresentar o seu posicionamento num conjunto de indicadores, a partir da análise dos documentos da sua prestação de contas. A seleção e cálculo dos indicadores tiveram igualmente por base a metodologia seguida pelo AFMP, todavia este estudo não pretende evidenciar um *ranking* dos municípios, mas a apresentação ordenada por grandeza de valores, tendo por referência o ano de 2013. Tal como no AFMP, não apresentamos indicadores resultantes da contabilidade de custos, em virtude da falta ou fraca implementação deste sistema contabilístico. Outro aspeto a salientar é que, no presente estudo apenas serão analisados municípios, uma vez que, apenas estas entidades apresentam contas de acordo com o POCAL. No âmbito dos municípios, excluímos as empresas municipais por estarem sujeitas ao Sistema de Normalização Contabilística e os serviços municipalizados ou outras instituições, por questões de exequibilidade.

Para o cálculo e análise dos indicadores, relativamente ao distrito de Setúbal, foi necessário a recolha dos principais documentos de prestação de contas dos municípios, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental de Receita e Despesa individuais. Os mapas recolhidos dizem respeito aos anos de 2012 e 2013 e foram obtidos nos respetivos sítios institucionais na *Internet*, onde os municípios devem publicitar os seus documentos de prestação de contas de acordo com o n.º 2 do artigo 79.º da Lei das Finanças Locais. A metodologia deste trabalho assenta numa análise de conteúdo procedendo-se à recolha e tratamento da informação mediante quadros e estatística descritiva. Dessa análise, obteve-se em cada indicador o valor individual de cada município.

De seguida, apresenta-se uma breve caracterização dos municípios do distrito de Setúbal. Posteriormente, efetua-se a análise dos indicadores por município pela apresentação dos indicadores orçamentais, os quais tiveram por base os mapas de execução orçamental da receita e da despesa. De seguida, são apresentados os indicadores patrimoniais (económico-financeiros) tendo por base a análise do Balanço e Demonstração dos Resultados. Sendo que em cada tabela será apresentado a negrito a coluna pela qual são ordenados os municípios e tendo por base os dados de 2013. Contudo, para melhor evidenciar a evolução dos municípios

em cada indicador, é apresentado igualmente o ano de 2012, o que permite obter a variação nos anos em análise.

### 3 – ESTUDO DE CASO

#### 3.1 - METODOLOGIA

A metodologia deste estudo assenta numa análise de conteúdo procedendo-se à recolha e tratamento da informação mediante quadros e estatística descritiva. Para o cálculo e análise desses indicadores, efetuou-se a recolha dos principais documentos de prestação de contas dos municípios do distrito de Setúbal, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental de Receita e Despesa, individuais. Os mapas recolhidos referem-se aos anos de 2012 e 2013 e foram obtidos nos respectivos sítios na *Internet*, onde os municípios devem publicitar os seus documentos de prestação de contas (n.º 2 do artigo 49.º da Lei das Finanças Locais).

#### 3.2. BREVE CARATERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Com uma área de 5095 km<sup>2</sup> e cerca de 851.285 habitantes (Censos 2011), o distrito de Setúbal caracteriza-se por ter 13 municípios. Efetuando o enquadramento desses municípios nas três dimensões apresentadas no AFMP (**Pequenos**: população menor ou igual a 20.000 habitantes); **Médios**: população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes; e **Grandes**: população superior a 100.000 habitantes), verificamos que o peso percentual dos municípios a nível nacional é maior nos de pequena dimensão, enquanto que no distrito de Setúbal, são os de média dimensão que existem em maior número (Tabela 1).

Tabela 1 – Comparação, por dimensão, dos municípios a nível nacional e do distrito de Setúbal

	Municípios por dimensão a nível nacional		Municípios por dimensão no distrito de Setúbal	
Pequenos	179	58,1%	4	30,8%
Médios	106	34,4%	6	46,1%
Grandes	23	7,5%	3	23,1%
Total	308	100,0%	13	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Continuando a apresentar uma breve análise ao distrito de Setúbal, pode constatar-se que a nível populacional quando comparamos a área com o número de habitantes, o distrito tem uma grande disparidade, mesmo quando essa análise se efetua em cada dimensão. Na Tabela 2 apresentamos, por município, a relação entre a área e o nº de habitantes, sendo visível que essa relação oscila entre cerca de 0,4 m<sup>2</sup> em Almada e Barreiro e os 112,9 m<sup>2</sup> em Alcácer do Sal. A nível do distrito verifica-se que essa relação, em média, se situa nos 5,99 m<sup>2</sup> por habitante.

Tabela 2 – Comparação da área por número de habitantes dos Municípios do Distrito de Setúbal

Município	Áreas (Km <sup>2</sup> )	Nº de Habitantes (2011)	Área (m <sup>2</sup> ) por habitante
Almada	70	174.030	0,40
Seixal	96	158.269	0,61
Setúbal	172	121.185	1,42
Total Grande Dimensão	338	453.484	0,75
Barreiro	32	78.764	0,41
Moita	55	66.029	0,83
Palmela	463	62.831	7,37
Montijo	348	51.222	6,79
Sesimbra	195	49.500	3,94
Santiago do Cacém	1.060	29.749	35,63
Total Média Dimensão	2.153	338.095	6,37
Alcochete	129	17.569	7,34
Grândola	807	14.826	54,43
Sines	203	14.238	14,26
Alcácer do Sal	1.465	13.046	112,29
Total Pequena Dimensão	1139	46.633	24,42
<b>Total Distrito Setúbal</b>	<b>5.095</b>	<b>851.258</b>	<b>5,99</b>

Fonte: Elaboração própria

### 3.3. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os mapas de controlo orçamental da receita e despesa apresentam uma síntese da realização do orçamento previsto. A recolha de informação através desses mapas permitiu a elaboração de uma análise da *performance* orçamental e que de seguida se apresenta para os anos de 2012 e 2013.

Na tabela 3, pode-se observar o total de receita cobrada por cada município, o grau de execução da receita face ao valor previsto, bem como a evolução da receita de 2012 para 2013. A tabela está ordenada pelo valor de receita cobrada em 2013. Como expectável no topo da lista evidenciam-se os municípios com maior número de habitantes, nomeadamente Seixal com 80.835.116€ de receita, Almada com 79.960.956€ e Setúbal com 63.932.384€. Por outro lado, com menor volume de receitas encontram-se os municípios com menor número de habitantes ou de zonas de maior interioridade. De 2012 para 2013 a posição dos municípios permaneceu praticamente inalterada, apenas com o município do Barreiro a subir uma posição, fruto de um aumento na receita em cerca de 38,7%. Ao contrário da situação registada no biénio 2010-2011, a tendência de 2012 para 2013 consistiu num aumento geral do volume das receitas. Para além do município do Barreiro destaque para o município de Sesimbra com um aumento de 25,8% e para Palmela com 9,7%. No sentido contrário, Santiago do Cacém e Setúbal foram os municípios com maior queda percentual, respetivamente em 4,1% e 3,6%. Embora não exposto na tabela, o total de receitas dos municípios do distrito de Setúbal ascende em 2012 a 506,1 milhões de euros (6,6% do total nacional) e em 2013 a 540,3 milhões de euros (6,9% do total nacional). A evolução média no distrito foi de 6,7%, o que representa um aumento superior à média nacional que se situou nos 1,2%.

Tabela 3 – Receita Cobrada e Grau de Execução 2012-2013

Municípios	2012		2013		Evolução	
	Valor (€)	Grau de Execução	Valor (€)	Grau de Execução	Valor (€)	%
Seixal	79.383.867	68,0%	<b>80.835.116</b>	59,2%	1.451.249	1,8%
Almada	78.593.908	93,1%	<b>79.960.956</b>	97,2%	1.367.048	1,7%
Setúbal	66.324.518	50,2%	<b>63.932.384</b>	48,4%	-2.392.134	-3,6%
Sesimbra	42.888.827	61,7%	<b>53.958.942</b>	77,8%	11.070.115	25,8%
Barreiro	37.419.839	62,4%	<b>51.895.109</b>	84,0%	14.475.270	38,7%
Palmela	40.979.810	76,0%	<b>44.972.226</b>	95,5%	3.992.416	9,7%
Moita	30.510.226	87,6%	<b>31.449.466</b>	93,7%	939.240	3,1%
Sines	28.238.646	50,0%	<b>30.399.615</b>	66,4%	2.160.969	7,7%
Montijo	27.508.167	75,9%	<b>27.243.437</b>	88,8%	-264.730	-1,0%
Santiago do Cacém	25.088.700	67,4%	<b>24.066.861</b>	73,7%	-1.021.839	-4,1%
Grândola	19.502.013	69,9%	<b>20.988.916</b>	85,6%	1.486.903	7,6%
Alcácer do Sal	17.161.415	69,9%	<b>18.474.317</b>	83,1%	1.312.902	7,7%
Alcochete	12.508.283	61,5%	<b>12.088.230</b>	66,7%	-420.053	-3,4%
Média Distrital	<b>38.931.401</b>	<b>68,7%</b>	<b>41.558.890</b>	<b>78,5%</b>	<b>2.627.489</b>	<b>6,7%</b>

Fonte: Elaboração própria

No que toca ao grau de execução das receitas previstas, em 2013, Almada, Palmela e Moita foram os municípios que melhor cumpriram com os objetivos previsionais, apresentando uma execução acima dos 90%. No sentido inverso, Setúbal apresentou um nível de receita cobrada de apenas 48,4% das receitas previstas, apesar de o valor total de receita não estar muito distante da média dos últimos anos. O grau de execução médio do distrito foi de 68,7% e de 78,5%, em 2012 e 2013 respetivamente, situando-se em ambos os anos acima da média nacional (59,1% e 64,6%).

A tabela 4 evidencia as receitas próprias por município, estando ordenada pela coluna de receita própria cobrada em 2013. As receitas próprias representam as receitas que são atribuíveis ao município (impostos diretos, impostos indiretos, taxas, venda de bens e serviços, entre outras), retirando-se as receitas

provenientes de transferência do Estado (correntes e de capital), bem como, as decorrentes de passivos financeiros (financiamentos contraídos a instituições financeiras). Uma breve análise aos dados da tabela 4 permite evidenciar que os municípios apresentam uma posição semelhante à verificada no total de receitas, sendo Palmela o município com uma maior variação em 2013, passando de 6º no total de receitas para o 4º lugar no nível de receitas próprias. A evolução média no nível de receitas próprias foi de 5,9%, ligeiramente abaixo do crescimento das receitas totais. Os municípios de Alcácer do Sal (29,7%), Palmela (15,7%) e Moita (15,0%) foram aqueles que registaram um maior aumento percentual, enquanto Sines destacou-se com a maior quebra nas receitas próprias (-9,6%). Os graus de execução da receita própria são, no geral, semelhantes aos verificados na tabela anterior. Contudo, deve-se destacar o município do Seixal que apresenta, em 2013, um grau de execução da receita própria de 82,8% face a um grau de execução total de 59,2%. Esta situação evidencia o bom nível de independência financeira (peso das receitas próprias) do município, o que se comprova na figura 1. De referir ainda o baixo grau de concretização das receitas próprias nos municípios de Setúbal (41,7%) e de Sines (54,1%).

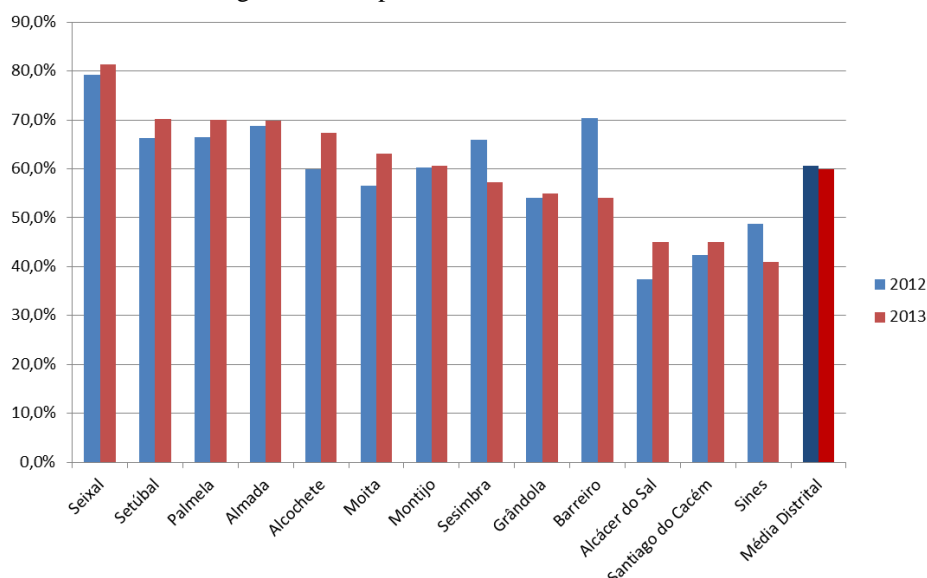
Tabela 4 – Receita Própria Cobrada e Grau de Execução 2012-2013

Municípios	2012		2013		Evolução	
	Valor (€)	Grau de Execução	Valor (€)	Grau de Execução	Valor (€)	%
<b>Seixal</b>	62.941.271	67,7%	<b>65.701.530</b>	82,8%	2.760.259	4,4%
<b>Almada</b>	54.014.479	100,2%	<b>55.866.340</b>	98,6%	1.851.861	3,4%
<b>Setúbal</b>	44.003.263	40,9%	<b>44.878.764</b>	41,7%	875.501	2,0%
<b>Palmela</b>	27.205.445	65,2%	<b>31.472.246</b>	96,9%	4.266.801	15,7%
<b>Sesimbra</b>	28.288.511	67,5%	<b>30.893.894</b>	72,7%	2.605.383	9,2%
<b>Barreiro</b>	26.314.379	55,6%	<b>28.090.821</b>	81,1%	1.776.442	6,8%
<b>Moita</b>	17.253.302	85,5%	<b>19.847.545</b>	94,7%	2.594.243	15,0%
<b>Montijo</b>	16.587.982	81,5%	<b>16.526.053</b>	88,9%	-61.929	-0,4%
<b>Sines</b>	13.746.681	40,6%	<b>12.423.880</b>	54,1%	-1.322.801	-9,6%
<b>Grândola</b>	10.530.098	76,7%	<b>11.543.347</b>	87,9%	1.013.249	9,6%
<b>Santiago do Cacém</b>	10.648.152	57,0%	<b>10.825.945</b>	63,1%	177.793	1,7%
<b>Alcácer do Sal</b>	6.415.023	59,3%	<b>8.321.509</b>	83,9%	1.906.486	29,7%
<b>Alcochete</b>	7.485.517	52,9%	<b>8.144.399</b>	61,5%	658.882	8,8%
<b>Média Distrital</b>	<b>25.033.393</b>	<b>65,4%</b>	<b>26.502.790</b>	<b>77,5%</b>	<b>1.469.398</b>	<b>5,9%</b>

Fonte: Elaboração própria

Através da figura 1 pode-se observar o nível de independência financeira dos municípios do distrito de Setúbal no biénio 2012-2013. Tal como referido anteriormente, o município do Seixal apresenta nos dois anos em análise o maior peso de receitas próprias face ao total de receita cobrada, sendo que em 2013 esse nível situa-se nos 81,3%. Com maior nível de independência financeira seguem-se os municípios de Setúbal, Palmela e Almada, sendo elucidativo de que os municípios mais urbanos evidenciam uma maior capacidade de captar receita. Em 2013, com um peso de receitas próprias inferior a 50% temos os municípios de Sines (40,9%), Santiago do Cacém (45,0%) e Alcácer do Sal (45,0%), sendo que a média distrital se situou nos 60,0%. Em termos de evolução, os municípios do Barreiro e de Sesimbra tiveram as maiores quebras, o que permite também evidenciar que o seu aumento no total de receitas deveu-se a receitas provenientes de transferências do Estado ou de passivos financeiros.

Figura 1 – Independência Financeira 2012-2013



Fonte: Elaboração própria

A tabela 5 evidencia o total de despesa executada, ou seja, a despesa paga no exercício, bem como o seu grau de execução face às previsões. O nível de despesa paga está inevitavelmente associado à capacidade do município na obtenção de receitas. Neste sentido, pode-se verificar e tendo o valor de despesa paga em 2013 como referência, que a ordenação dos municípios é praticamente idêntica à da receita cobrada. Exceção para os municípios da Moita e Sines que trocam de posições no valor de despesa face à sua posição na tabela da receita cobrada. Desta forma, no topo da listagem de despesa encontra-se o município do Seixal com perto de 80 milhões de euros, sendo que o município de Alcochete encerra o índice com cerca de 12,4 milhões de euros.

Tabela 5 – Despesa Paga e Grau de Execução 2012-2013

Municípios	2012		2013		Evolução	
	Valor (€)	Grau de Execução	Valor (€)	Grau de Execução	Valor (€)	%
Seixal	79.191.317	67,9%	<b>79.998.309</b>	58,5%	806.992	1,0%
Almada	78.070.954	92,5%	<b>75.228.442</b>	91,5%	-2.842.512	-3,6%
Setúbal	67.301.022	50,9%	<b>62.182.369</b>	47,0%	-5.118.653	-7,6%
Sesimbra	42.812.024	61,6%	<b>53.945.074</b>	77,8%	11.133.050	26,0%
Barreiro	36.427.715	60,7%	<b>50.825.446</b>	82,3%	14.397.731	39,5%
Palmela	41.121.663	76,3%	<b>40.560.086</b>	86,1%	-561.577	-1,4%
Sines	27.011.097	47,8%	<b>30.698.258</b>	67,1%	3.687.161	13,7%
Moita	29.643.947	85,1%	<b>30.575.719</b>	91,1%	931.772	3,1%
Montijo	26.256.341	72,5%	<b>25.074.212</b>	81,7%	-1.182.129	-4,5%
Santiago do Cacém	25.016.304	67,2%	<b>23.928.993</b>	73,2%	-1.087.311	-4,3%
Grândola	18.012.563	64,6%	<b>20.105.624</b>	82,0%	2.093.061	11,6%
Alcácer do Sal	16.491.872	67,2%	<b>17.027.682</b>	76,6%	535.810	3,2%
Alcochete	12.501.390	61,5%	<b>12.377.978</b>	68,3%	-123.412	-1,0%
<b>Média Distrital</b>	<b>38.450.631</b>	<b>67,4%</b>	<b>40.194.476</b>	<b>75,6%</b>	<b>1.743.845</b>	<b>4,5%</b>

Fonte: Elaboração própria

Em 2013, os municípios do distrito de Setúbal apresentam uma média de despesa paga de 40.194.476€ valor esse, inferior à média de receita (41.588.890€). No total a despesa paga pelos municípios do distrito ascendeu

em 2012 a 499,9 milhões de euros (6,6% do total nacional) e em 2013 a 522,5 milhões (6,8% do total nacional). Em termos evolutivos, a despesa paga cresceu em média 4,5%, representado um aumento percentual inferior ao aumento da receita (6,7%). A nível nacional a despesa paga cresceu em 1,5% para um crescimento de receita cobrada de 1,2%. Através de uma análise individual aos municípios pode-se observar que tal como na receita, os municípios do Barreiro e Sesimbra apresentam o maior crescimento relativo na despesa paga. Importa salientar, o município de Palmela que apresentou um crescimento na receita de 9,7% e uma diminuição da despesa em 1,4%. A maior descida percentual no valor de despesa paga ocorreu no município de Setúbal com uma quebra de 7,6%.

Por fim, no que toca ao grau de execução, os municípios de Almada e Moita apresentam um nível de cumprimento do orçamento de despesa acima de 90%, enquanto o município de Setúbal apenas concretizou 47,0% da despesa prevista (em sintonia com o nível de cobrança de receita de 48,4%). Comparando os graus médios de execução da despesa no biênio 2012-2013, os municípios do distrito de Setúbal apresentaram em 2012 um grau de execução de 67,4% e de 75,6% em 2013, representando níveis de execução superiores às médias nacionais de 63,3% (2012) e 68,6% (2013) registadas nos mesmos períodos.

Tabela 6 – Despesa Corrente e de Capital 2012-2013

Municípios	2012		2013		Evolução	
	Corrente (€)	Capital (€)	Corrente (€)	Capital (€)	Corrente	Capital
<b>Seixal</b>	44.605.117	34.586.200	<b>61.799.583</b>	18.198.726	38,5%	-47,4%
<b>Almada</b>	52.971.765	25.099.189	<b>56.153.681</b>	19.074.761	6,0%	-24,0%
<b>Setúbal</b>	44.744.276	22.556.746	<b>44.536.642</b>	17.645.727	-0,5%	-21,8%
<b>Sesimbra</b>	28.092.275	14.719.749	<b>36.555.002</b>	17.390.072	30,1%	18,1%
<b>Barreiro</b>	28.587.580	7.840.135	<b>36.398.320</b>	14.427.126	27,3%	84,0%
<b>Palmela</b>	31.905.500	9.216.163	<b>34.660.860</b>	5.899.226	8,6%	-36,0%
<b>Moita</b>	22.939.285	6.704.662	<b>24.566.373</b>	6.009.346	7,1%	-10,4%
<b>Montijo</b>	21.532.842	4.723.499	<b>21.822.113</b>	3.252.099	1,3%	-31,2%
<b>Santiago do Cacém</b>	19.657.752	5.358.552	<b>18.931.320</b>	4.997.673	-3,7%	-6,7%
<b>Sines</b>	15.250.594	11.760.503	<b>17.128.958</b>	13.569.300	12,3%	15,4%
<b>Grândola</b>	14.115.779	3.896.784	<b>14.999.504</b>	5.106.120	6,3%	31,0%
<b>Alcácer do Sal</b>	13.174.955	3.316.917	<b>13.726.909</b>	3.300.773	4,2%	-0,5%
<b>Alcochete</b>	9.634.108	2.867.282	<b>10.135.884</b>	2.242.094	5,2%	-21,8%
<b>Média Distrital</b>	<b>26.708.602</b>	<b>11.742.029</b>	<b>30.108.858</b>	<b>10.085.619</b>	<b>12,7%</b>	<b>-14,1%</b>

Fonte: Elaboração própria

A tabela 6 detalha a despesa paga separando-a em despesa corrente (ex.: despesa com pessoal, despesa com bens e serviços) e despesa de capital (ex.: aquisição de bens duradouros, despesas com financiamentos de médio longo prazo). Na tabela os municípios encontram-se ordenados pelo total de despesa corrente em 2013. De acordo com os mapas anteriores podemos verificar que o município do Seixal apresenta em 2013 o maior valor de despesa corrente (61.799.583€) seguido de Almada (56.153.681€). Em 2012, as posições de ambos os municípios era inversa, assim como a posição de ambos no total de despesas de capital em 2013. Esta situação é justificada essencialmente por um aumento significativo (38,5%) da despesa corrente no município do Seixal em detrimento de uma diminuição acentuada na despesa de capital (-47,4%). Os municípios de Sesimbra e do Barreiro registaram igualmente aumentos significativos na despesa corrente, 30,1% e 27,3%, respetivamente. O município do Barreiro registou ainda o maior aumento na despesa de capital, a qual quase duplicou. Por outro lado, a despesa corrente apenas decresceu nos municípios de Santiago do Cacém (-3,7%) e de Setúbal (-0,5%), enquanto a maioria dos municípios diminuíram a sua despesa de capital. Para além do município do Seixal, os municípios de Palmela (-31,2%), Almada (-24,0%), Setúbal (-21,8%) e Alcochete (-21,8%) registaram uma diminuição acentuada nas despesas de capital. Em termos gerais pode-se observar que as despesas de investimento e financiamento (capital) decresceram (-14,1%), sendo o orçamento de despesa fundamentalmente aplicado em despesa corrente (+12,7%). Esta tendência de variação da despesa está de acordo com a média nacional, onde a despesa corrente apresenta um crescimento de 7,2% e a despesa de capital uma diminuição de 8,4%.



Tabela 7 – Grau de Cobertura da Despesa pela Receita 2012-2013

Municípios	Grau de execução da receita liquidada relativamente às despesas comprometidas		Grau de execução da receita cobrada relativamente à despesa paga	
	2012	2013	2012	2013
<b>Montijo</b>	94,1%	<b>107,0%</b>	104,8%	108,7%
<b>Palmela</b>	83,1%	<b>102,7%</b>	99,7%	110,9%
<b>Moita</b>	99,9%	<b>99,3%</b>	102,9%	102,9%
<b>Almada</b>	94,3%	<b>99,3%</b>	100,7%	106,3%
<b>Alcácer do Sal</b>	83,1%	<b>92,9%</b>	104,1%	108,5%
<b>Alcochete</b>	94,5%	<b>92,3%</b>	100,1%	97,7%
<b>Grândola</b>	85,3%	<b>90,2%</b>	108,3%	104,4%
<b>Barreiro</b>	73,1%	<b>89,0%</b>	102,7%	102,1%
<b>Sines</b>	80,3%	<b>87,7%</b>	104,5%	99,0%
<b>Sesimbra</b>	68,5%	<b>86,1%</b>	100,2%	100,0%
<b>Seixal</b>	65,0%	<b>84,0%</b>	100,2%	101,0%
<b>Santiago do Cacém</b>	76,7%	<b>81,8%</b>	100,3%	100,6%
<b>Setúbal</b>	62,6%	<b>57,3%</b>	98,5%	102,8%
<b>Média Distrital</b>	<b>81,6%</b>	<b>89,9%</b>	<b>102,1%</b>	<b>103,4%</b>

Fonte: Elaboração própria

A tabela 7 contempla dois indicadores de extrema importância na análise da *performance* orçamental. O primeiro indicador representa o grau de execução da receita liquidada face às despesas comprometidas, sendo que receita liquidada é toda aquela que foi emitida (reconhecido o direito a receber) e a despesa comprometida (apenas assente no ano corrente), é a despesa que terá de ser paga pelo município no ano em análise ou nos anos seguintes. Assim, é um rácio de grande importância porque permite aferir da capacidade que o município terá em pagar os seus compromissos com a receita liquidada. Historicamente estes rácios têm mostrado uma relação deficitária. No biénio anterior de 2010-2011 a média distrital situava-se nos 77,2% em 2010 e 79,2% em 2011. No biénio em análise, a média de cobertura da despesa comprometida pelas receitas liquidadas, subiu em 2012 para 81,6% e em 2013 para 89,9%. Para esta situação não é a alheia a aplicação da Lei dos Compromissos em 2012 que veio condicionar a assunção de compromissos à perspectiva de obtenção de receitas no curto prazo. Neste sentido, os municípios que aplicaram a legislação de forma mais rigorosa, promoveram uma aproximação entre os compromissos que assumiram e a receita que liquidaram, aproximando este rácio dos 100%. Numa análise individual ao rácio por município, verificamos que em 2013 os municípios do Montijo e Palmela apresentam um rácio superior a 100%, logo as suas receitas liquidadas excederam os compromissos assumidos relativos ao ano corrente. Dos restantes municípios, dez apresentam um rácio acima dos 80%, sendo que o município de Setúbal apresenta o menor grau de cobertura com apenas 57,3%. Quanto ao segundo indicador, representando o grau de cobertura da receita cobrada relativamente à despesa paga é expectável que o rácio ronde os 100%. Esta situação decorre de os pagamentos de despesas estarem dependentes do recebimento das receitas liquidadas, o que pode ser comprovado pela tabela 7 e onde o grau de cobertura médio em 2013 atinge os 103,4%.

### 3.4 Análise Económico-Financeira (Patrimonial)

Ao nível do ativo total que, representa o volume de investimento na atividade dos municípios, verificamos que Almada, Setúbal e Seixal são os municípios que exigem mais fontes de financiamento, conforme expectável, dadas as suas dimensões. Para além disso, observa-se que foi nos municípios de Sines (14,2%) e de Alcochete (12,1%), onde o volume de investimento aumentou mais em termos percentuais de 2012 para 2013. Salienta-se ainda que no município do Seixal, no mesmo período, se verificou um desinvestimento na ordem dos 9,8%. A média de crescimento do ativo dos municípios do distrito de Setúbal durante os anos analisados foi de 1,4%.

Tabela 8 – Análise do Ativo Total 2012-2013

Municípios	2012	2013	Evolução
<b>Almada</b>	376.428.344	<b>375.701.226</b>	-0,2%
<b>Setúbal</b>	337.414.133	<b>347.239.291</b>	2,9%
<b>Seixal</b>	183.126.779	<b>165.102.651</b>	-9,8%
<b>Sesimbra</b>	149.331.708	<b>155.538.935</b>	4,2%
<b>Moita</b>	152.093.862	<b>152.024.498</b>	0,0%
<b>Palmela</b>	144.991.925	<b>143.222.212</b>	-1,2%
<b>Sines</b>	109.882.836	<b>125.437.667</b>	14,2%
<b>Montijo</b>	93.919.525	<b>100.988.709</b>	7,5%
<b>Barreiro</b>	85.891.952	<b>88.516.940</b>	3,1%
<b>Santiago do Cacém</b>	66.766.099	<b>67.101.230</b>	0,5%
<b>Grândola</b>	60.554.358	<b>61.089.524</b>	0,9%
<b>Alcácer do Sal</b>	57.774.050	<b>57.829.269</b>	0,1%
<b>Alcochete</b>	35.587.855	<b>39.890.855</b>	12,1%
<b>Média Distrital</b>	<b>142.597.341</b>	<b>144.591.156</b>	<b>1,40%</b>

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à análise comparativa do peso percentual dos Bens do Domínio Público (BDP) no Ativo de todos os municípios do distrito de Setúbal, verifica-se que em termos de média, o seu peso, em 2013, é cerca de 18%, todavia, não há um comportamento homogéneo ao nível de cada município, sendo visível, por valores extremos, que em 2013, os BDP em Palmela representam 41,4% do Ativo, enquanto que no Barreiro, o seu valor é de 6,2%. Contudo, salienta-se relativamente a este município que apresenta o valor mais baixo dos BDP no distrito de Setúbal nos dois anos em análise, que a sua evolução de 2012 para 2013, se situa nos 109,6% e atinge atualmente o montante de 5.458.481€ sendo a média do distrito no mesmo período de 26.285.030€ (tabela 9).

Tabela 9 – Análise comparativa dos Bens de Domínio Público com o Ativo Total 2012-2013

Municípios	2012		2013		Evolução
	BDP (€)	% BDP s/Ativo Total	BDP (€)	% BDP s/Ativo Total	BDP
<b>Palmela</b>	65.511.820	45,2%	59.283.640	<b>41,4%</b>	-9,5%
<b>Santiago do Cacém</b>	22.603.613	33,9%	23.853.501	<b>35,5%</b>	5,5%
<b>Sines</b>	37.601.395	34,2%	41.512.590	<b>33,1%</b>	10,4%
<b>Grândola</b>	18.640.064	30,8%	18.631.698	<b>30,5%</b>	0,0%
<b>Moita</b>	48.263.588	31,7%	44.853.279	<b>29,5%</b>	-7,1%
<b>Alcácer do Sal</b>	13.505.288	23,4%	14.456.596	<b>25,0%</b>	7,0%
<b>Alcochete</b>	7.359.075	20,7%	8.503.623	<b>21,3%</b>	15,6%
<b>Sesimbra</b>	23.150.655	15,5%	23.548.321	<b>15,1%</b>	1,7%
<b>Almada</b>	61.455.507	16,3%	44.959.288	<b>12,0%</b>	-26,8%
<b>Setúbal</b>	42.685.922	12,7%	37.667.203	<b>10,8%</b>	-11,8%
<b>Montijo</b>	8.145.558	8,7%	7.572.197	<b>7,5%</b>	-7,0%
<b>Seixal</b>	11.657.341	6,4%	11.402.966	<b>6,9%</b>	-2,2%
<b>Barreiro</b>	2.604.244	3,0%	5.458.481	<b>6,2%</b>	109,6%
<b>Média Distrital</b>	<b>27.937.391</b>	<b>19,6%</b>	<b>26.285.030</b>	<b>18,2%</b>	<b>-5,9%</b>

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à estrutura das fontes de financiamento (tabela 10) podemos observar que de 2012 para 2013 se verificou um aumento no endividamento geral dos municípios do distrito de 0,7%, evolução esta abaixo do aumento médio do valor do ativo (1,4%). A maioria dos municípios do distrito (8) tem o passivo inferior à média distrital. Já numa análise evolutiva de 2012 para 2013, verificamos que o montante do passivo cresceu em 5 municípios, sendo o crescimento mais significativo no município de Sines (25,5%).

Analisando o comportamento dos fundos próprios, verificamos que em 2013, a média do distrito se situa nos 94.176.272€, o que representa face ao ano anterior, um crescimento de 1,8% e corresponde a um financiamento médio do distrito, via fundos próprios, de 65,1%. Detalhando a análise por município, embora se verifique que 8 municípios apresentam fundos próprios abaixo da média distrital, em apenas 4 o financiamento do ativo por fundos próprios, é inferior a 50%. Em termos evolutivos, de 2012 para 2013, os fundos próprios apenas desceram em 2 municípios, Seixal (-13,9%) e Palmela (-1,4%). A evolução mais significativa ao nível dos fundos próprios nos dois anos analisados verificou-se em Alcochete, onde o aumento verificado atinge 20,8%.

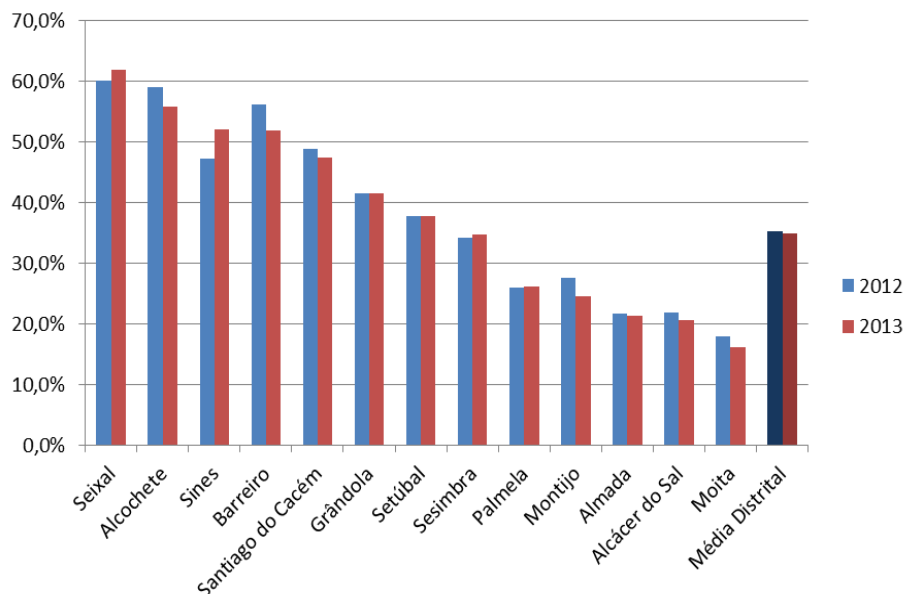
Tabela 10 – Análise do Passivo Total e dos Fundos Próprios 2012-2013

Municípios	2012		2013		Evolução	
	Passivo (€)	Fundos Próprios (€)	Passivo (€)	Fundos Próprios (€)	Passivo	Fundos Próprios
<b>Setúbal</b>	126.937.623	210.476.510	<b>130.666.068</b>	216.573.223	2,9%	2,9%
<b>Seixal</b>	109.800.203	73.326.577	<b>101.936.746</b>	63.165.904	-7,2%	-13,9%
<b>Almada</b>	81.693.508	294.734.836	<b>80.256.997</b>	295.444.229	-1,8%	0,2%
<b>Sines</b>	51.889.740	57.993.095	<b>65.121.760</b>	60.315.907	25,5%	4,0%
<b>Sesimbra</b>	50.860.695	98.471.013	<b>53.846.555</b>	101.692.380	5,9%	3,3%
<b>Barreiro</b>	48.237.349	37.654.604	<b>45.838.885</b>	42.678.055	-5,0%	13,3%
<b>Palmela</b>	37.563.585	107.428.340	<b>37.304.608</b>	105.917.604	-0,7%	-1,4%
<b>Santiago do Cacém</b>	32.543.956	34.222.143	<b>31.773.858</b>	35.327.372	-2,4%	3,2%
<b>Grândola</b>	25.146.803	35.407.555	<b>25.327.880</b>	35.761.644	0,7%	1,0%
<b>Montijo</b>	25.788.785	68.130.741	<b>24.813.665</b>	76.175.045	-3,8%	11,8%
<b>Moita</b>	27.118.041	124.975.821	<b>24.381.202</b>	127.643.297	-10,1%	2,1%
<b>Alcochete</b>	20.984.276	14.603.579	<b>22.256.188</b>	17.634.667	6,1%	20,8%
<b>Alcácer do Sal</b>	12.583.153	45.190.897	<b>11.867.067</b>	45.962.202	-5,7%	1,7%
<b>Média Distrital</b>	<b>50.088.441</b>	<b>92.508.901</b>	<b>50.414.884</b>	<b>94.176.272</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,8%</b>

Fonte: Elaboração própria

Nas figuras 2 e 3, apresenta-se uma análise relativa do passivo, tendo em conta o seu peso no total de ativo e o seu valor por habitante. Na análise gráfica, os municípios do distrito de Setúbal encontram-se ordenados tendo por base o ano de 2013. Através da figura 2 podemos verificar que o peso do passivo, regra geral, manteve-se no mesmo nível de 2012 para 2013, sendo que a média distrital desceu ligeiramente de 35,1% para 34,9%. Os municípios do Seixal e Alcochete continuam a apresentar em 2013 a maior percentagem de passivo, respetivamente 61,7% e 55,8%. Por outro lado, o município da Moita continua a apresentar o menor índice, com apenas 16%. Em termos evolutivos, destaque positivo para os municípios de Alcochete e Barreiro que apresentaram uma maior diminuição no peso do passivo. Ao invés, o município de Sines foi aquele que registou um maior aumento, passando de 47,2% em 2012 para 51,9% em 2013.

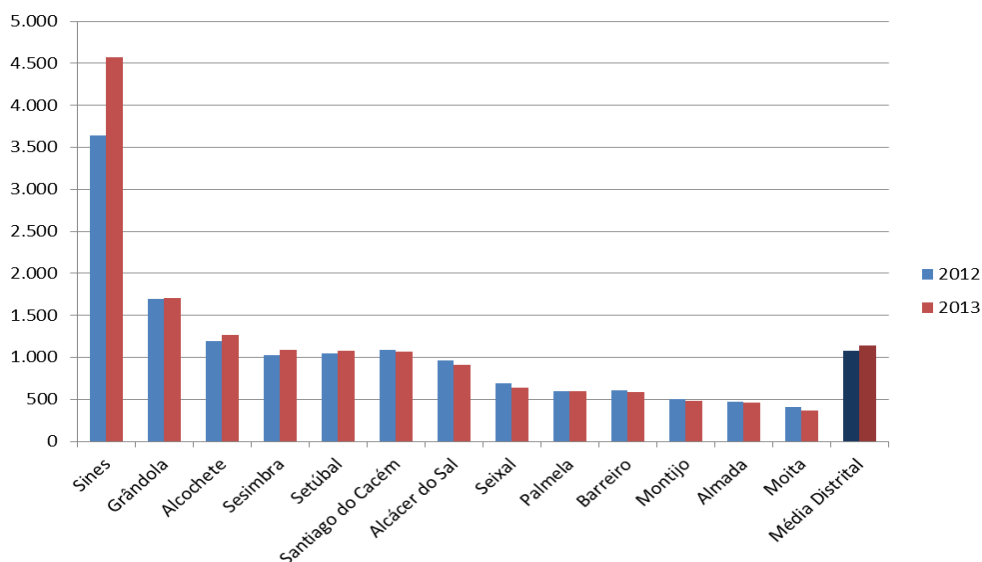
Figura 2 – Peso do Passivo 2012-2013



Fonte: Elaboração própria

Analisando o passivo por habitante na figura 3 verificamos que o município de Sines apresenta um rácio bastante elevado quando comparado com os restantes municípios. O município de Sines foi de resto o que mais cresceu, passando de 3.644€ por habitante (2012) para 4.574€ por habitante (2013). Nos restantes municípios a evolução no biénio 2012-2013 não se apresenta significativa. Destaque para o município da Moita que apresenta o menor índice em 2013, com apenas 369€ de passivo por habitante, o que vem reforçar a análise já efetuada ao nível do peso do passivo.

Figura 3 – Passivo por Habitante 2012-2013



Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, considera-se pagamentos em atraso, aqueles que excedam um Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores de 90 dias. Desta forma apresenta-se na tabela 11 os PMP dos municípios do distrito de Setúbal no final de 2012 e 2013, e cuja informação foi obtida no sítio da internet da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Tabela 11 – Análise dos Prazos Médios de Pagamentos 2012-2013

Municípios	2012	2013	Evolução	
			Dias	%
Seixal	575	559	-16	-2,8%
Setúbal	268	362	94	35,1%
Alcochete	257	353	96	37,4%
Barreiro	523	208	-315	-60,2%
Santiago do Cacém	132	193	61	46,2%
Palmela	140	171	31	22,1%
Sesimbra	304	146	-158	-52,0%
Grândola	75	124	49	65,3%
Moita	139	117	-22	-15,8%
Montijo	155	72	-83	-53,5%
Sines	121	68	-53	-43,8%
Alcácer do Sal	45	19	-26	-57,8%
Almada	11	12	1	9,1%
<b>Média Distrital</b>	<b>366</b>	<b>340</b>	<b>-26</b>	<b>-7,1%</b>

Fonte: Elaboração própria

Analisando a média distrital podemos observar que o PMP é muito superior aos 90 dias. Em 2012 o PMP era de 366 dias, tendo decrescido ligeiramente em 2013 para 340 dias. Comparando com o biénio anterior (2010-2011), em 2012 o PMP duplicou de valor, sendo que em 2011 era de 183 dias. Por outro lado, se compararmos os dados de 2012-2013 com a média nacional constatamos que a média do distrito de Setúbal está bastante acima. O PMP a nível nacional situava-se nos 122 dias em 2012 e nos 85 dias em 2013. Assim, podemos constatar que apenas 5 dos municípios do distrito se encontram abaixo dos 90 dias, mantendo-se o município de Almada com o menor PMP, nomeadamente de 12 dias. Em sentido contrário, o município do Seixal continua a apresentar o maior PMP, o qual foi em 2013 de 559 dias. Destaque ainda para a substancial redução do PMP nos municípios do Barreiro (-315 dias) e de Sesimbra (-158 dias). Em termos de dias, as maiores subidas registaram-se nos municípios de Alcochete e Setúbal, com um aumento de 96 e 94 dias, respectivamente.

Tabela 12 – Análise do Passivo Financeiro 2001-2013

Municípios	2012	2013	Evolução
Setúbal	48.507.760	44.039.116	-9,2%
Almada	39.858.899	38.126.302	-4,3%
Seixal	39.530.475	34.408.820	-13,0%
Barreiro	16.329.170	23.250.167	42,4%
Sesimbra	15.349.678	22.936.082	49,4%
Palmela	18.086.424	19.079.853	5,5%
Sines	12.643.617	14.201.209	12,3%
Santiago do Cacém	13.006.549	11.545.549	-11,2%
Montijo	11.941.560	11.123.569	-6,8%
Grândola	8.335.226	8.888.750	6,6%
Alcochete	6.045.082	5.402.543	-10,6%
Alcácer do Sal	617.305	471.804	-23,6%
Moita	21.047.300	110.660	-99,5%

<b>Média Distrital</b>	19.330.851	<b>17.968.187</b>	-7,0%
------------------------	------------	-------------------	-------

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 12 é apresentada a análise do passivo financeiro (financiamento junto de instituições financeiras) para o biénio 2012-2013. Em termos médios, o passivo financeiro desceu 7,0% no distrito. O município de Setúbal apresenta o maior valor de passivo financeiro em 2013 (44.039.116€), enquanto o município da Moita regista apenas 110.660€. Este município apresenta mesmo a maior queda percentual de passivo financeiro (-99,5%). As maiores subidas percentuais aconteceram nos municípios do Barreiro e Sesimbra, respetivamente de 49,4% e 42,4%. Estes municípios foram igualmente os que mais reduziram os seus PMP, o que permite evidenciar que o aumento do passivo financeiro foi em parte aplicado no pagamento de dívidas a fornecedores.

Ao nível dos resultados, tanto operacionais como líquidos, verifica-se que os municípios do Barreiro, Setúbal e Seixal, são os que apresentam os melhores valores no ano de 2013. Em simultâneo, verifica-se que em 7 municípios, houve uma evolução positiva na atividade, refletida em melhores resultados. Assim, em 2013 constata-se que 8 municípios (62%) apresentaram resultados operacionais e líquidos positivos. Para além disso, observa-se que os municípios de Alcácer do Sal, Almada e Santiago do Cacém, embora tenham resultados operacionais negativos, apresentam resultados líquidos positivos, o que significa que apenas 2 dos 13 municípios apresentam resultados globais da atividade negativos.

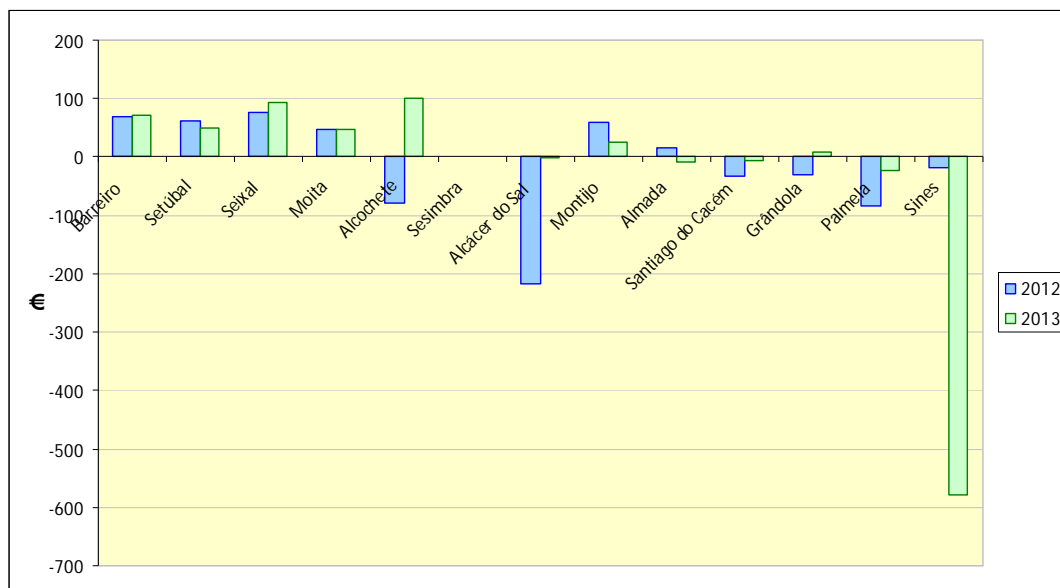
Tabela 13 - Análise dos Resultados Operacionais e Líquidos 2012-2013

Municípios	2012		2013		Evolução	
	Resultado Operacional	Resultado Líquido	Resultado Operacional	Resultado Líquido	Resultado Operacional	Resultado Líquido
<b>Barreiro</b>	5.351.891	4.677.290	5.588.919	<b>6.312.596</b>	4,4%	35,0%
<b>Setúbal</b>	7.359.268	6.394.055	6.110.898	<b>5.140.793</b>	-17,0%	-19,6%
<b>Seixal</b>	11.954.280	7.001.019	14.710.617	<b>4.645.270</b>	23,1%	-33,6%
<b>Moita</b>	3.188.415	2.809.291	3.172.349	<b>2.587.240</b>	-0,5%	-7,9%
<b>Alcochete</b>	-1.382.213	-804.946	1.786.704	<b>2.235.158</b>	229,3%	377,7%
<b>Sesimbra</b>	-1.672.978	-740.381	982.491	<b>1.929.796</b>	158,7%	360,6%
<b>Alcácer do Sal</b>	-2.830.873	-1.759.448	-27.244	<b>823.294</b>	99,0%	146,8%
<b>Montijo</b>	3.090.125	2.798.125	1.302.254	<b>763.281</b>	-57,9%	-72,7%
<b>Almada</b>	2.758.806	4.515.881	-1.290.233	<b>564.913</b>	-146,8%	-87,5%
<b>Santiago do Cacém</b>	-963.202	-224.347	-187.632	<b>342.777</b>	80,5%	252,8%
<b>Grândola</b>	-458.006	-139.672	106.012	<b>240.551</b>	123,1%	272,2%
<b>Palmela</b>	-5.231.068	-5.132.779	-1.419.681	<b>-2.141.760</b>	72,9%	58,3%
<b>Sines</b>	-275.488	829.110	-8.225.906	<b>-10.110.002</b>	-2885,9%	-1319,4%
<b>Média Distrital</b>	<b>1.606.998</b>	<b>1.555.631</b>	<b>1.739.351</b>	<b>1.025.685</b>	<b>8,2%</b>	<b>-34,1%</b>

Fonte: Elaboração própria

Se analisarmos também a evolução da média distrital dos resultados operacionais e líquidos de 2012 para 2013 verificamos que ao nível dos primeiros há uma evolução favorável de 8,2%, enquanto que os segundos apresentam uma descida que ronda os 3,4 %.

Figura 4 – Resultado Operacional por Habitante 2012-2013



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito, ao resultado operacional por habitante, houve uma evolução positiva em 7 municípios (Barreiro, Seixal, Alcochete, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Grândola e Palmela). De destacar também que, com exceção de Sines, os restantes municípios que apresentavam valores negativos em 2012 tiveram uma evolução bastante favorável, o que confirma uma melhor gestão económica dos recursos destas entidades.

Tabela 14 - Análise dos Custos Totais 2012-2013

Municípios	2012	2013	Evolução
<b>Seixal</b>	88.679.484	<b>86.314.369</b>	-2,7%
<b>Almada</b>	79.594.678	<b>72.466.042</b>	-9,0%
<b>Setúbal</b>	57.880.784	<b>60.941.224</b>	5,3%
<b>Palmela</b>	43.209.131	<b>42.874.368</b>	-0,8%
<b>Sesimbra</b>	36.348.534	<b>38.349.934</b>	5,5%
<b>Barreiro</b>	33.479.489	<b>34.362.500</b>	2,6%
<b>Sines</b>	21.085.899	<b>29.940.153</b>	42,0%
<b>Moita</b>	27.431.806	<b>28.886.729</b>	5,3%
<b>Montijo</b>	22.515.070	<b>25.091.316</b>	11,4%
<b>Santiago do Cacém</b>	22.475.471	<b>22.554.692</b>	0,4%
<b>Grândola</b>	17.337.145	<b>19.290.231</b>	11,3%
<b>Alcácer do Sal</b>	16.482.686	<b>16.404.797</b>	-0,5%
<b>Alcochete</b>	11.737.613	<b>12.215.654</b>	4,1%
<b>Média Distrital</b>	<b>36.789.215</b>	<b>37.668.771</b>	<b>2,4%</b>

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à análise da evolução dos custos totais, verifica-se que em 4 municípios existiu uma diminuição dos gastos necessários para o funcionamento da atividade. Para além disso, constatamos que em 6 dos municípios se verificou um aumento residual desta rubrica económica que não ultrapassou os 5,5%. Apenas Sines, Montijo e Grândola apresentam um crescimento maior dos custos totais da atividade, apresentando uma evolução de 42%, 11,4% e 11,3%, respetivamente.

Consequência da evolução verificada nos custos totais de cada município do distrito, nos dois anos analisados, constata-se, ao nível da média do distrito, que embora haja globalmente um aumento no seu valor, ele representa apenas 2,4%.

Tabela 15 - Análise dos Custos com Pessoal 2012-2013

Municípios	2012		2013		Evolução Custos com Pessoal
	Custos com Pessoal	Pesos nos Custos Totais	Custos com Pessoal	Pesos nos Custos Totais	
<b>Seixal</b>	61.408.561	69,2%	<b>60.007.231</b>	69,5%	-2,3%
<b>Almada</b>	24.883.256	31,3%	<b>28.388.840</b>	39,2%	14,1%
<b>Barreiro</b>	25.289.388	75,5%	<b>26.821.090</b>	78,1%	6,1%
<b>Sesimbra</b>	25.795.422	71,0%	<b>26.406.617</b>	68,9%	2,4%
<b>Setúbal</b>	22.922.348	39,6%	<b>26.216.390</b>	43,0%	14,4%
<b>Moita</b>	21.985.414	80,1%	<b>23.653.596</b>	81,9%	7,6%
<b>Palmela</b>	16.773.145	38,8%	<b>17.246.738</b>	40,2%	2,8%
<b>Montijo</b>	11.856.407	52,7%	<b>13.937.082</b>	55,5%	17,5%
<b>Sines</b>	12.247.156	58,1%	<b>12.562.213</b>	42,0%	2,6%
<b>Alcácer do Sal</b>	10.232.730	62,1%	<b>10.521.556</b>	64,1%	2,8%
<b>Alcochete</b>	9.802.568	83,5%	<b>10.136.400</b>	83,0%	3,4%
<b>Santiago do Cacém</b>	9.907.214	44,1%	<b>10.083.438</b>	44,7%	1,8%
<b>Grândola</b>	8.065.186	46,5%	<b>9.093.678</b>	47,1%	12,8%
<b>Média Distrital</b>	<b>20.090.062</b>	<b>57,9%</b>	<b>21.159.760</b>	<b>58,2%</b>	<b>5,3%</b>

Fonte: Elaboração própria

Como se pode verificar pelo quadro anterior, a rubrica relativa aos custos com pessoal tem um grande peso na estrutura de custos dos municípios do distrito de Setúbal. Em 2012, 8 deles, representam mais de 50% do total de custos da atividade. Em 2013, são 7 os municípios em que os custos com pessoal, ultrapassam também os 50%. Constata-se, nos dois anos em análise que, em termos de média, o seu peso ronda os 58%, todavia, não há um comportamento homogéneo ao nível de cada município, sendo visível, por valores extremos, em 2013, que em Alcochete representam 83% dos custos totais, enquanto, que em Almada, o seu valor é de 39,2%. Para além disso, observa-se que de 2012 para 2013, apenas 1 município, o Seixal (-2,3%), diminuiu os custos com pessoal. Dos municípios que aumentaram os seus custos com pessoal, destacam-se Montijo (17,5%), Setúbal (14,4%), Almada (14,1%) e Grândola (12,8%).

#### 4 CONCLUSÃO

A análise efetuada assenta na recolha de informação orçamental e financeira que foi divulgada pelos municípios nos seus Relatórios e Contas anuais de 2012 e 2013. A hierarquia dos municípios, nas tabelas apresentadas, resulta no geral, de níveis diferentes de grandeza. Por exemplo, é expectável que os municípios de maior dimensão apresentem maior nível de receitas, despesas, ativos ou passivos. Contudo, algumas tabelas e gráficos são ordenados por valores relativos, tendo em conta o peso de uma determinada rubrica ou o seu valor por habitante.

Para além disso, o presente estudo serve como uma síntese dos principais dados orçamentais e patrimoniais, não sendo âmbito a análise individualizada de decisões municipais ou eventos particulares que possam ter produzido efeito sobre a *performance* de um município.

Assim, e de uma forma genérica, podemos resumir que no biénio de 2012-2013, os municípios do distrito de Setúbal registaram, em média, um ligeiro aumento das receitas cobradas, o qual permitiu um aumento, embora menor, da despesa realizada (paga). Por outro lado, salienta-se o aumento no nível de concretização das previsões iniciais, sendo que a nível da receita cobrada, o grau de execução subiu perto de dez pontos percentuais. Finalmente, destaca-se como positivo na *performance* orçamental, o aumento do grau de



cobertura das despesas comprometidas pelas receitas liquidadas, o que aparenta ser uma consequência direta da aplicação das Lei dos compromissos.

A nível patrimonial, o aumento do Ativo foi residual (1,4%), mas acima do aumento do passivo (0,7%). A parte da dívida dos municípios relativa a passivo financeiro, bem como os seus PMP, sofreram uma descida de cerca de 7,0%. Contudo, destaca-se pela negativa a manutenção no distrito de PMP bastante acima da média nacional. De facto, em comparação com o biénio anterior (2010-2011), o valor médio do PMP praticamente duplicou. Já a nível económico, o nível de resultados operacionais aumentou em 2013, embora não se tenha traduzido num aumento do nível de resultados líquidos, o que pode evidenciar o peso do custo da dívida nos municípios analisados, eventualmente em virtude das taxas de juro atuais serem superiores. Por fim, de referir que os custos com pessoal, sofreram um aumento de 5,3% de 2012 para 2013.

## 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Caiado, A. P., 2006; “A Contabilidade Pública: Novos desafios”, <http://www.min-financas.pt/cncap/index.htm> em 01/07/2006.
- Carvalho, J.; Fernandes, M. J.; Camões, P.; Jorge, S.; 2013; Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.
- Carvalho, J.; Fernandes, M. J.; Camões, P.; Jorge, S.; 2012; Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.
- Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P. Jorge, S.; 2009; “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2007”, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Carvalho, J. e Ribeiro, V.; 2004; “Os Planos Sectoriais Decorrentes do Plano Oficial de Contabilidade Pública”, Revista nº 56 da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, p. 20 - 31.
- Carvalho, J., Fernandes, M. J. e Teixeira, A.,; 2006: “POCAL Comentado”, 2ª Edição, Rei dos Livros, Porto.
- Carvalho, J B., Jorge, S, Fernandes, M. J., e Camões, P.; 2005; “Implementação do novo sistema de Contabilidade Autárquica - Conformidade e Fiabilidade da Informação Relatada”, *Revista nº 65 da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, pp. 26 - 35.
- Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro – Plano Oficial de Contabilidade Pública.
- Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.
- Lei nº 1/2005, de 12 de Agosto – Constituição da República Portuguesa.
- Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, aprova a Lei das Finanças Locais.

## SÍTIOS NA INTERNET

- Câmara Municipal do Seixal - [www.cm-seixal.pt](http://www.cm-seixal.pt)
- Câmara Municipal de Setúbal - [www.mun-setubal.pt](http://www.mun-setubal.pt)
- Câmara Municipal de Almada - [www.m-almada.pt](http://www.m-almada.pt)
- Câmara Municipal de Sines - [www.sines.pt](http://www.sines.pt)
- Câmara Municipal de Alcochete - [www.cm-alcochete.pt](http://www.cm-alcochete.pt)
- Câmara Municipal de Montijo - [www.mun-montijo.pt](http://www.mun-montijo.pt)
- Câmara Municipal da Moita - [www.cm-moita.pt](http://www.cm-moita.pt)
- Câmara Municipal de Sesimbra - [www.cm-sesimbra.pt](http://www.cm-sesimbra.pt)
- Câmara Municipal de Santiago do Cacém - [www.cm-santiagocacem.pt](http://www.cm-santiagocacem.pt)
- Câmara Municipal de Grândola - [www.cm-grandola.pt](http://www.cm-grandola.pt)
- Câmara Municipal de Alcácer do Sal - [www.cm-alcacerdosal.pt](http://www.cm-alcacerdosal.pt)
- Câmara Municipal de Palmela - [www.cm-palmela.pt](http://www.cm-palmela.pt)
- Câmara Municipal do Barreiro - [www.cm-barreiro.pt](http://www.cm-barreiro.pt)
- Direcção Geral das Autarquias Locais - [www.dgal.pt](http://www.dgal.pt)